

arquivo



administração

**PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS**

V. 12, N. 2, jul./dez. 2013

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 20 de outubro de 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos – CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos – ALA.

Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos, mesas-redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congressos, seminários, cursos e palestras;
- Cursos in company específicos para atender às necessidades da empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como Sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.



**Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20.210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO

A revista Arquivo & Administração é uma publicação da Associação dos Arquivistas Brasileiros. O seu primeiro número foi lançado em 1972. São publicados dois números por ano. Os números até 1999 encontram-se digitalizados e à disposição para consulta no site da AAB: www.aab.org.br.

The Journal Arquivo & Administração is edited by the Brazilian Archivists Association. Its first edition was launched in 1972. Every year the Association publishes two editions of the journal. The editions up to 1999 have been digitised and are available for users on the AAB website: www.aab.org.br.

Editor responsável/ General Editor:

Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

Editor técnico/ Technical Editor:

Dilza Ramos Bastos, Fundação Casa de Rui Barbosa

Conselho Editorial/ Editorial Board:

Prof. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo, Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguía Marañón, Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Maria Jardim, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dr^a. Lucia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

Prof. Dr^a Luciana Duranti, Chair of Archival Studies at SLAIS (Canadá)

Dr^a. Maria Celina Soares de Mello e Silva, Museu de Astronomia e Ciências Afins

Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Prof. Dr. Sérgio Conde de Albite Silva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Theo Thomassen, University of Amsterdam (Holanda)

Prof. Dr. Tom Nesmith, University of Manitoba (Canadá)

Conselho Consultivo/ Consultant Committee:

Prof. Dr. André Porto Ancona Lopez, Universidade de Brasília

Prof. Dr. Bruno Delmas, Ecole Nationale des Chartes (França)

Prof. Dr^a Janice Gonçalves, Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr^a Johanna Wilhelmina Smit, Universidade de São Paulo

Prof. Dr. José Augusto C. Guimarães, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr^a. Ivana Parrela, Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Dr^a. Maria Leandra Bizelo, UNESP
Prof. Dr^a. Maria Teresa Navarro de Brito Mattos, Diretora do Arquivo Público da Bahia do
Governo do Estado da Bahia
Prof. Dr. Renato Pinto Venancio, Universidade Federal de Minas Gerais

FOCO E ESCOPO

Arquivo & Administração é um periódico especializado que se destina à publicação e divulgação de trabalhos inéditos que contribuam para o avanço das reflexões no campo da Arquivologia e áreas afins. É um periódico aberto para as contribuições de autores da comunidade científica nacional e internacional.

Os trabalhos encaminhados para publicação serão analisados pelo Conselho Editorial da revista. Em situações excepcionais, os trabalhos concorrentes poderão ser encaminhados a pareceristas do Conselho Consultivo com notório saber na área de conhecimento do tema tratado.

Caso o Conselho Editorial ou Conselho Consultivo indiquem a necessidade de alterações ou correções, os trabalhos serão devolvidos ao(s) autor(es) para que realizem os ajustes.

Os originais deverão ser encaminhados à AAB. Nenhum original será devolvido.

A publicação implica a cessão integral dos direitos autorais à Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

Os trabalhos devem ser enviados para:

Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB

Conselho Editorial

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e-mail: aab@aab.org.br

A Revista Arquivo & Administração possui as seguintes Seções

Artigos - Textos analíticos ou ensaios resultantes de estudos e pesquisas (até 9.000 palavras ou, no máximo, 27 laudas).

Depoimentos - Entrevistas com pessoas cujas histórias de vida e/ou realizações profissionais sejam consideradas relevantes (até 6.600 palavras ou cerca de 20 laudas).

Notas de Pesquisa - Relatos preliminares, mais curtos que um artigo, enfatizando objetivos, hipóteses, resultados e dificuldades de pesquisas em andamento, com comentários sobre fontes, métodos e técnicas utilizados e desdobramentos antevistos (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

Dissertações e Teses - Descrição sucinta de dissertações de mestrado e teses de doutorado e livre-docência (400 palavras ou até 1,5 laudas).

Resenhas - Descrição pormenorizada e crítica de obra recentemente publicada sobre aspectos da Arquivologia. A obra a ser resenhada será escolhida pelo Conselho Editorial da A&A (até 3.330 palavras ou, no máximo, 10 laudas).

FOCUS AND SCOPE

Arquivo & Administração is a journal devoted to Archival Science that aims to publish and disseminate original works that contribute to reflections relating to archives. The journal welcomes national and international authors from the archives and information management community.

All articles submitted for publication will be reviewed by the Editorial Board. In very exceptional situations the submissions might be reviewed by members of the Consultative Committee who are experts on the specific theme to which the text under evaluation relates.

If the Editorial Board or the Consultative Committee decides that the submitted work needs some changes before publication the author will be informed.

The manuscripts will be sent to AAB and will not be returned to the authors.

The publication of the work implies the transfer of the copyright to the Brazilian Archivists Association.

The submissions should be directed to:

Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB
Conselho Editorial

Avenida Presidente Vargas, 1733/903 – Centro

20.210-030 - Rio de Janeiro, RJ – Brasil

e-mail: aab@aab.org.br

The Arquivo & Administração journal has several different sections

Articles – Theoretical texts based upon in-depth research or reflections (max. of 9000 words or 27 pages).

Testimonials – Edited interviews with people whose biography shows a significant contribution to the archival community (max. 6600 words or 20 pages).

Research – Preliminary comments and findings, shorter in length than a standard article, related to aims, hypothesis, results and difficulties of on going research work, with comments of sources, methods and techniques adopted and anticipated developments. (Max. 3330 words or 10 pages).

Dissertations and theses – Short description of a masters dissertation or a doctoral thesis. (Max. 400 words or 1.5 pages).

Book reviews – Detailed and critical assessments of books recently published about archives and archival science. The book will be selected by the Editorial Board of the journal. (Max. 3330 words or 10 pages).

NORMAS EDITORIAIS

Para submissão dos trabalhos, os autores devem observar as seguintes Normas Editoriais:

1. Os textos deverão estar redigidos em português, ou nos idiomas estrangeiros, espanhol ou inglês.
2. Os trabalhos deverão ser entregues à AAB em formato Word for Windows, anexados em e-mail.
3. Cada trabalho deve indicar a seção da revista a que se candidata (Artigo – Depoimentos – Notas de Pesquisa – Dissertações e Teses – Resenha) e respeitar o número de palavras e laudas indicadas em Foco e escopo. Gráficos, tabelas, desenhos e demais anexos são considerados partes do texto.
4. A fonte a ser utilizada é a Times New Roman, tamanho 12 para todo o texto.
5. O título e os subtítulos devem ser grafados em negrito.
6. As citações e transcrições devem ser apresentadas conforme a norma ABNT NBR 10.520.
7. As epígrafes, bem como expressões em língua estrangeira devem vir em itálico.
8. O tamanho da lauda utilizada deve ser A4 (210 x 297 mm);
9. O espaçamento entre linhas deve ser de 1,5 para todo o corpo do texto, admitindo-se espaçamento duplo apenas para introdução de subtítulos. No caso das citações diretas com mais de três linhas e assim destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, devem ter espaçamento simples entre linhas, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas.
10. As margens devem ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm.
11. A numeração das páginas deve ser colocada no canto inferior direito.
12. Os parágrafos devem ser formatados com recuo de 1,25 cm (padrão Word), sem espaçamento entre um e outro.
13. O alinhamento do título, e do subtítulo (se houver), deverá ser centralizado.
14. As indicações da autoria devem ser alinhadas à direita. Os demais itens deverão ser apresentados com alinhamento justificado, exceto as referências ao final do trabalho que são alinhadas à esquerda.
15. A numeração progressiva deve ser apresentada conforme a NBR 6024 e o indicativo de seção precede o título, alinhado à esquerda, dele separado por um espaço de caractere.
16. Cada trabalho deve seguir as normas da ABNT para publicação de trabalho acadêmico e deve incluir:

a) Título, e subtítulo (se houver)

Devem figurar na primeira página, no alto e centralizados. No idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e português

(no caso do segundo idioma, este deve aparecer após as Palavras-chave, isto é: antes do Abstract).

b) Nome completo do autor ou autores, afiliação institucional ou atividade profissional, titulação, e endereço eletrônico

Os nomes devem figurar abaixo do título do trabalho e alinhados à direita, por extenso e acompanhados de breve currículo que os qualifiquem na área de conhecimento do artigo. Os currículos e os endereços postais e eletrônicos devem compor no máximo cinco linhas e aparecer em rodapé indicado na página de abertura.

c) Resumo

Resumo informativo com 100 a 250 palavras. Os artigos submetidos em português, espanhol ou francês deverão ter resumo no idioma original e em inglês. Os artigos submetidos em inglês deverão ter resumo, título e palavras-chave em inglês e também em português.

d) Palavras-chave

Palavras-chave no idioma original e em um segundo idioma: português e inglês; espanhol e inglês; inglês e português. Recomenda-se a quantidade de três a cinco palavras-chave.

e) Citações

As citações devem estar em conformidade com a norma ABNT NBR 10.520. Ressalta-se que a menção a autores no correr do texto deve subordinar-se à convenção pela qual o sobrenome do autor, seguido da data de publicação da obra, é colocado entre parênteses (RIOS, 1962), podendo ainda indicar a página (RIOS, 1962, p. 13). Quando há mais de um título do autor no mesmo ano, usam-se letras minúsculas para diferenciá-los, conforme a lista de referências.

Exemplo: (BELLOTTO, 1988a), (BELLOTTO, 1988b).

No caso de obras com mais de um autor:

- até três autores, é opcional mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada et al., grafada em itálico.
- com mais de três autores, mencionar apenas o primeiro, seguido da expressão abreviada et al., grafada em itálico:

Exemplo:

(FERREIRA et al., 1985);

f) Notas de rodapé

Nas notas de rodapé, as referências serão alinhadas a partir da segunda linha da mesma referência, abaixo da primeira letra da primeira palavra, de forma a destacar o expoente e sem espaço entre elas.

g) Tabelas, gráficos e figuras

Devem apresentar títulos (acima), legendas (à direita) e indicação de fonte ou autoria (abaixo).

h) Títulos mencionados no texto

Os títulos e subtítulos de livros, artigos, teses e outras publicações, em qualquer idioma devem ser grafados em itálico e trazer em maiúscula somente a inicial da primeira palavra, a não ser em caso de nomes próprios. O subtítulo é separado do título por dois pontos.

i) Lista de referências

As referências devem figurar na última página, alinhadas à esquerda, em ordem alfabética, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo. Devem ser elaboradas de acordo com a norma ABNT NBR 6023 (textos em português) ou *Chicago Manual of Style* (texto em inglês ou espanhol).

RULES FOR SUBMISSIONS

Overseas authors are invited to contribute to the journal.

The manuscripts should be submitted in English or Spanish in electronic form in a pre-2007 MS WORD version as an email attachment. A strict policy of author anonymity shall be adhered to ensuring that the Committee will only consider each proposal by its own merit.

1. The author should indicate the section of the journal in which the work fits (Articles, Interviews, Communications, Dissertations and Thesis and Book Reviews).
2. The work should be produced in Times New Roman, 12, normal, justified, with spacing of 1.5.

3. The size of the page should be A4 (210x297 mm).
4. The authors of the manuscripts written in Spanish should provide a one-paragraph abstract (100-250 words), 4 keywords and the title in English for the text. The Editorial Board will produce an abstract, 4 keywords and the title in Portuguese for the manuscripts written in English.
5. No photographs will be published.
6. The authors should follow the Chicago Manual of Style: <http://www.chicagomanualofstyle.org/home.html> for further instructions.

SUMÁRIO

EDITORIAL	13	<i>Dilza Ramos Bastos</i>
ARTIGOS	15	O que é teoria arquivística e porque ela é importante? <i>What is Archival Theory and Why is it Important?</i> <i>Terry Eastwood</i> <i>Sérgio Conde de Albite Silva, Trad.</i>
	28	Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade <i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
	52	Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro <i>Márcia Cristina Duarte Trancoso</i> <i>Maria Celina Soares de Mello e Silva</i>
RESENHA	76	Reconsiderando os arquivos pessoais <i>Heloísa Liberalli Bellotto</i>

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira

Editoração eletrônica: Gustavo Monteiro

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

v. : 23 cm.
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo – Periódico. 2. Gestão de documentos – Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

ARQUIVO NACIONAL
Reg. Nº 75326
23 / 03 / 2017
Biblioteca

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira

1ª Vice-presidente: Margereth da Silva

2ª Vice-presidente: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Secretário Geral: Leila Estephanio de Moura

1º Tesoureiro: Renata Silva Borges

Conselho Editorial

Ana Maria de Almeida Camargo

Eduardo Ismael Murguia Marañon

José Maria Jardim

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Luciana Duranti

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Paulo Roberto Elian dos Santos

Sérgio Conde de Albite Silva

Theo Thomassen

EDITORIAL

A segunda edição da revista *Arquivo & Administração*, de 2013, apresenta três artigos e uma resenha que abordam temas relevantes no âmbito da Arquivologia: a teoria arquivística, a descrição arquivística, os arquivos pessoais e a tipologia documental.

Iniciamos com o artigo *O que é teoria arquivística e porque ela é importante?*, de Terry Eastwood, Professor Emérito de Estudos Arquivísticos, recentemente aposentado da School of Library, Archival and Information Studies at the University of British Columbia. Traduzido para o português por Sérgio Conde de Albite Silva, doutor, arquivista e professor, o artigo foi publicado originalmente em *Archivaria*, n. 37, na primavera de 1994, como uma crítica ao *paper Archival Theory: Much Ado About Shelving*, de John W. Roberts, contando agora com um adendo elaborado por seu autor com o objetivo de atualizar sua posição em relação ao texto original e por considerar que a teoria geral e a teoria arquivística tinham sido exploradas de maneira insuficiente.

Em seguida, o lugar dos arquivos pessoais na construção da memória coletiva e o papel da descrição na ampliação do uso desses arquivos são tratados no artigo *Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade*, de Lucia Maria Velloso de Oliveira, doutora, arquivista e professora.

O terceiro artigo, *Identificação de tipos documentais em arquivos pessoais: estudo no arquivo do físico Joaquim da Costa Ribeiro*, das arquivistas Márcia Cristina Duarte Trancoso e Maria Celina Soares de Mello e Silva, apresenta um estudo preliminar de identificação dos tipos de documentos textuais, como resultado de uma pesquisa mais ampla sobre tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas.

Concluimos esta edição com a resenha, *Reconsiderando os arquivos pessoais, elaborada pela doutora Heloisa Liberalli Bellotto*, sobre a obra *Personal archives and a new archival calling: readings, reflections and ruminations*, de Richard Cox, que em breve terá sua versão na língua portuguesa.

Desejamos a todos uma boa leitura e aproveitamos para lembrar que a revista *Arquivo & Administração* é um espaço editorial aberto. Publique conosco!

Dilza Ramos Bastos

Editor Técnico

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E OS ARQUIVOS PESSOAIS: CONHECER OS ARQUIVOS PESSOAIS PARA COMPREENDER A SOCIEDADE

Lucia Maria Velloso de Oliveira¹

RESUMO

O artigo discute o lugar dos arquivos pessoais na construção da memória coletiva e o papel da descrição na ampliação do uso desses arquivos, considerando os diferentes métodos que podem ser aplicados para a potencialização dos conjuntos documentais produzidos na vida pessoal.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Memória; Descrição arquivística; Métodos

Archival description and personal archives: knowing the personal archives to understand the society.

Abstract

The article discusses the place of personal archives in the construction of collective memory and the role of description in enlarging the use of archives, considering the different methods that can be applied to empower the collections produced in the personal life.

Keywords: *Personal archives; Memory; Archival Description; Method.*

1 Introdução

Os arquivos pessoais, apesar de não ocuparem um lugar privilegiado na formulação e implementação de políticas arquivísticas públicas, representam um conjunto relevante de registros que constituem parte da memória coletiva. Inúmeras questões são importantes para a análise do lugar que ocupam na construção dessa memória, mas vamos nos concentrar em dois aspectos que consideramos centrais:

- a. a especificidade da produção dos arquivos pessoais e a importância de sua preservação para a memória coletiva e compreensão da sociedade em sua pluralidade; e
- b. a descrição arquivística como principal meio promotor dos usos dos acervos e do reconhecimento, pela sociedade, da relevância dos arquivos.

O artigo apresenta as principais reflexões decorrentes do desenvolvimento do projeto de pesquisa *Arquivos pessoais de valor histórico*, dentro do Programa de Incentivo à Produção de Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura, da Fundação Casa de Rui Barbosa. O projeto, iniciado de forma institucionalizada a partir de 2008, reflete uma inquietação anterior decorrente do processo de disponibilização das informações sobre os acervos na *web* e das novas formas de pesquisa: sem a mediação do arquivista, o usuário vem indicando uma maior dificuldade de identificar o potencial dos arquivos quando diante de modelos tácitos de arranjo para arquivos pessoais ou de padrões de descrição.

Assim, o projeto tem como objetivo central - utilizando como campo empírico os arquivos e coleções sob a custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da instituição - a elaboração e implementação de uma metodologia de arranjo e descrição de arquivos pessoais e familiares fundamentada na reconstrução dos contextos arquivísticos, na representação dos acervos de forma a assegurar a expressão dos papéis sociais dos titulares, e em facilitar o atendimento ao usuário. A fundamentação teórica adotada está baseada nos princípios arquivísticos da proveniência, do respeito aos fundos e da ordem original. Os métodos mais utilizados são o quantitativo, o comparativo, a identificação arquivística, o tipológico e o indiciário. Ao longo do artigo, vamos falar sobre esses métodos e sua aplicação.

Como campo empírico, foi utilizado um conjunto de arquivos e coleções da FCRB, a saber: os arquivos de Américo Lourenço Jacobina Lacombe, Rui Barbosa, João Pandiá Calógeras, e as coleções Ubaldino Amaral, Coleção José Antunes Rodrigues de Oliveira Catramby e Família Barbosa de Oliveira.

¹ Doutora em História Social pela USP; Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFF; Chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, da Fundação Casa de Rui Barbosa. E-mail: luciamaria@rb.gov.br.

Na abordagem adotada para o desenvolvimento do projeto, a especificidade de cada acervo e de seu processo de produção se sobrepõe às práticas até então sacralizadas na área. A perspectiva do trabalho reconhece os arquivos como lugares e fontes possíveis para usos diversificados, mas seu eixo central está vinculado ao arquivo declarado como patrimônio cultural e histórico, e, assim sendo, como um lugar de memória, de identificação e de pertencimento.

2 Os arquivos pessoais e sua importância para a sociedade

Entendemos que ainda não está evidente para a sociedade como um todo, ou mesmo para o Estado brasileiro, a relevância da preservação do patrimônio arquivístico. A carência de iniciativas sistemáticas do Estado voltadas para a identificação, o recolhimento, o processamento, a divulgação, a conservação e o acesso aos acervos arquivísticos produzidos no ambiente público já indica o “não” lugar que ocupam os arquivos nessa conjuntura. A carência dos arquivos municipais, a célula mais próxima do cidadão em termos de instituição arquivística pública, é um indício do que estamos falando. Dos cerca de 5.600 municípios brasileiros menos de 2% (apenas cerca de 80) possuem arquivos municipais.²

Este cenário aparentemente dissociativo entre o Estado e os arquivos se apresenta como uma grande contradição, inclusive histórica, afinal os arquivos sempre estiveram associados ao Estado. Peter Burke, em seu livro *Uma história social do conhecimento*, analisa esse processo histórico. Segundo o autor, “Desde o tempo dos antigos assírios, se não antes, os governos estiveram interessados em coletar e armazenar informações sobre os povos que controlavam” (2003, p.110). Para Burke, no entanto, é na Idade Moderna, devido à centralização da administração, que os governantes passaram a necessitar de mais informações sobre a sociedade. (2003, p. 111). Os governantes precisavam de informações sobre nascimentos, mortes, casamentos, práticas religiosas, rendas, florestas reais, preços de produtos etc. A maior centralização criou a necessidade de um maior controle.

O autor afirma que, com a necessidade de maior produção de registros, os acervos reunidos pelos governos sofreram acréscimos significativos. Dessa forma, o Estado precisou resolver um novo problema: a construção de prédios específicos para a guarda desses documentos e o tratamento desses arquivos. Com a construção do lugar para os documentos, os encarregados por sua guarda e processamento deixam de trabalhar em suas

residências (que era o habitual) e passam a desenvolver suas atividades no prédio construído para tal fim. De acordo com Burke (2003), a grande organização dos arquivos ocorre na França, no século XVII, mas ressaltamos que se tratavam apenas de arquivos voltados para administradores, notários ou a realeza; não temos a perspectiva do arquivo orientado para a sociedade como um todo. Foi somente na Revolução Francesa que o acesso do público aos arquivos passou a ser garantido.

De acordo com Duranti (1996), em seu texto *Archives as a place*, na Revolução Francesa ocorre uma grande ruptura para os arquivos: eles deixam de existir apenas para os administradores e passam a ser de interesse da sociedade em geral. A partir dessa ruptura, o Estado passou a assumir a responsabilidade pela manutenção e pelo acesso aos documentos. Segundo a autora, o novo modelo francês que inaugurou o arquivo para o povo (grifo nosso) foi copiado por países que sofrem influência dessa revolução e, assim, vai-se delineando a responsabilidade do Estado em relação aos documentos com valor secundário³ acumulados no ambiente público.

Essa cisão é fundamental na compreensão dos “lugares” que os arquivos ocupam ou podem ocupar na sociedade. De acordo com o arquivista britânico Sir Jenkinson (1922, p. 11) os arquivos não são produzidos para a posteridade. A sua percepção traduz a história dos arquivos, como vimos, e também marca a relação que se constrói entre os arquivos e a sociedade. Para além das polêmicas contemporâneas em torno do pensamento do arquivista inglês, entre os consensos da área é que o documento de arquivo é evidência de atividades, de processos e de funções.

Para compreendermos melhor essa discussão é necessário contrapor-mos, ao valor secundário, o entendimento do papel do valor primário para os arquivos. O valor primário⁴ do documento está condicionado à razão da elaboração do mesmo e à sua função, considerando-se exclusivamente a perspectiva e os interesses do produtor do arquivo⁵, sendo, portanto identificável após a análise do documento e dentro de seu contexto de produção. É evidente e de vital importância para o produtor do arquivo. O valor secundário, por sua

² Disponível em: <<http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/66391/apoiadores.php>> Acesso em: 22 nov. 2013.

³ Entende-se valor secundário como “valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido”. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51). p. 172.

⁴ Entende-se valor primário como o “valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais”. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51). p. 171.

⁵ Entidade coletiva, pessoa ou família identificada como geradora de arquivo. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51). p. 84.

vez, é um valor atribuído ao documento. É externo a este, sendo um valor identificável a partir de significados externos ao contexto de produção do documento.

O valor secundário usualmente é reconhecido quando finda o valor primário. É Evidentemente, existem casos em que o documento já é produzido imbuído dos dois valores, como, por exemplo, atas, escrituras, a Constituição e a Lei Áurea. A discussão do valor secundário se dá a partir do reconhecimento de um potencial informacional em relação à compreensão de um determinado setor, segmento social ou outros recortes possíveis, dentro de um determinado período de tempo. O centro da questão não é mais o uso dos documentos para atender às demandas do produtor, seja ele pessoa física ou jurídica. O centro da questão se desloca para as demandas da sociedade, considerando o contexto de produção do arquivo, bem entendido.

Apesar da ruptura provocada pela Revolução Francesa e da implantação da proposta “dos arquivos para todos”, o historiador David Lowenthal, em seu texto *Archives, Heritage, and History* (2006, p. 194), diz que mesmo considerados “do povo” e essenciais para a memória nacional, as práticas de exclusão e restrição de acesso aos arquivos foram mantidas. Somente no mundo contemporâneo essa regra mudou. Mas, ainda segundo o autor, mesmo com o marco histórico da Revolução, e após mais de 200 anos, essa responsabilidade precisa ser lembrada de forma recorrente, e o próprio Estado parece não reconhecer a importância do controle dos documentos que produz.

Mas, se essa discussão sobre a preservação e acesso dos documentos não está plenamente resolvida no cenário dos arquivos públicos, como poderíamos analisar o lugar dos arquivos pessoais?

Antes, é preciso demarcar o ambiente de produção desses arquivos. Os arquivos pessoais fazem parte do mundo privado, portanto excluídos, por princípio, do contexto público. Dentro do segmento dos arquivos privados, os arquivos pessoais distinguem-se dos arquivos organizacionais. “Todas as sociedades produzem estranhos” disse Zygmunt Bauman (1998, p. 27), ao discorrer sobre a forma como as sociedades lidam com aqueles que não se encaixam em determinado cenário de reconhecimento dos que estabelecem os padrões. Os arquivos pessoais foram os “estranhos” da Arquivologia por muito tempo, passando a ser um problema de pesquisa e objeto de reflexão na literatura da área apenas a partir de meados do século XX.

No século XIX, os arquivos pessoais ganharam espaço na prática da arquivística francesa, inglesa e americana. Esse movimento foi impulsionado pelas sociedades históricas que passaram a reconhecer os papéis produzidos na vida privada como fonte para a pesquisa

do historiador. Ao longo do século XX, a posição desses arquivos se fortaleceu principalmente como resultado das grandes guerras e do receio da evasão ou perda desses registros. Um dos mecanismos encontrados pela sociedade para a preservação desse legado produzido no âmbito privado - e considerado de relevância para a memória - é a sua institucionalização, seja em bibliotecas, museus, arquivos de sociedades históricas, universidades, centros de documentação, instituições arquivísticas etc.

Thomassen (2012) afirma que a institucionalização representa, em certo sentido, a submissão dos arquivos de proveniência privada à metodologia utilizada para o tratamento dos documentos produzidos no cenário público:

Ao transferir arquivos pessoais para os seus repositórios, tenta-se consertar o que os produtores aparentemente podem ter quebrado, consertando as conseqüências do seu modo espontâneo de produção de arquivos, de sua falta de disciplina e de sua abordagem não sistemática na organização e gestão, e de seu desconhecimento das distinções entre documentos arquivísticos e de outros documentos e objetos. (p. 22).

Para efeito desse artigo, vamos adotar o entendimento proposto por Oliveira (2012) sobre arquivo pessoal:

Entendemos “arquivo pessoal” como conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social. Esses documentos, em qualquer forma e em qualquer suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo. (p. 33).

A institucionalização desses arquivos merece uma análise mais aprofundada em sua gênese, uma vez que estes são produzidos no contexto do exercício da individualidade. Esses arquivos representam a relação sujeito-sociedade e, a partir do processo de reconhecimento e significação “de” e “para” um coletivo, são instalados em um ambiente regulado de uma instituição. É, portanto, por meio da institucionalização, seja parcial (como, por exemplo, por meio de parcerias e comodatos⁶) ou total (com a transferência da custódia desses arquivos para instituições com o compromisso

⁶ Empréstimo gratuito por via contratual, com direito de uso por tempo predeterminado. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51). p. 53.

em relação à sua preservação e ao acesso) é que a sociedade pode assegurar que os documentos arquivísticos produzidos no âmbito da individualidade tornem-se mecanismos de identificação e de memória de um grupo.

Laura Millar, em seu artigo *Touchstones: Considering the relationship between Memory and Archives* discorre sobre a relação entre arquivos e memória e argumenta que:

Memórias são criadas por meio de um processo cognitivo. Nós recebemos informação sensorial; nós estocamos essa informação em nossas mentes; e nós recuperamos essa informação quando queremos nos lembrar de uma memória [...] (2006, p. 111, tradução nossa).

Para a autora, “os arquivos não são memórias, mas nós criamos ou guardamos documentos de arquivo para manter um pedaço de prova que nos permita lembrar de um evento” (2006, p. 115, tradução nossa).

Da passagem da individualidade para o coletivo, a autora canadense afirma que aquilo que nós preservamos “não são memórias, mas ferramentas usadas para subsidiar a criação, preservação e ressurgimento da memória individual, e, mais importante, sua articulação como parte de uma identidade compartilhada” (2006, p. 126, tradução nossa). A memória social, diz Millar (2006, p. 119, tradução nossa), é a memória “estruturada, emoldurada, organizada e usada ‘pelo’ e ‘para’ o benefício da humanidade”.

Castells (2003) afirma que:

Em um mundo de fluxos globais, riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. [...] No entanto, a identidade está se tornando a principal e, às vezes, única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. (p. 41).

Para melhor entendermos a discussão, é importante reconhecer que a identificação somente ocorre quando nos deparamos com algo que conhecemos, que faz parte de nosso universo cognitivo e com o qual estabelecemos uma relação de pertencimento. Por sua vez, Assmann (1988) acredita que a “memória cultural preserva o estoque de conhecimento que deriva do reconhecimento de um grupo sobre sua unidade e peculiaridade”. E, sobre a relação entre a relação da memória e a identidade Pollack, afirma que:

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (1992, p. 204, tradução nossa).

Margaret Hedstrom (2010), no capítulo *Archives and collective memory* do livro *Currents of archival thinking*, diz que

[...] entender as memórias individuais como “reconstruções” do passado tira a atenção dos mecanismos de uma abordagem cognitiva e foca em questões como a memória serve seletivamente a necessidade física do indivíduo por determinadas interpretações do passado. É útil pensar no escopo do estudo da memória como um processo que parte de como os indivíduos lembram em isolamento, para como o vasto contexto social e cultural influencia a memória do indivíduo, como grupos e comunidades forjam uma memória “social” ou “coletiva”. (p. 165, tradução nossa).

Para a autora, a memória coletiva é capaz de conectar o passado e o presente. E os arquivos, por sua vez, são mais valorizados quando “oferecem a única fonte para a compreensão de eventos e ideias há muito esquecidos, objeto de rumores, mas nunca comprovadas, ou reprimidas ou segregadas de alguma forma” (p. 176, tradução nossa).

É no universo circunscrito ao “eu”, que os arquivos pessoais são produzidos. Na dimensão do indivíduo, o processo de acumulação dos documentos que dará a origem a um arquivo representa a visão do indivíduo de si, do que entende como suas necessidades e, dessa forma, serão os registros de sua relação com a sociedade em seus distintos papéis.

O processo de construção da memória do indivíduo poderá contribuir para a construção da memória coletiva. Esse processo é dinâmico, ambivalente e complexo, porque a memória coletiva é também um dos elementos de experiência do indivíduo. Essa relação, apesar dos arquivos não se constituírem originalmente como memória, estará representada nos documentos acumulados pelo sujeito inscrito na sociedade. É importante lembrarmos que Giddens (2002, p. 9), ao falar sobre o “eu” destaca que este não é passivo, e que “os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações”.

Ainda sobre a discussão fenômeno da individualidade na formação dos arquivos pessoais, outro fenômeno merece ser estudado: a individualização no processo de transferência de custódia e suas implicações para o resultado final do que será de fato o arquivo pessoal a ser preservado.

O arquivo pessoal é resultado da condição humana e social de seu produtor, e é produzido em determinado contexto cultural. Mas outros processos individualizantes, distintos do universo do produtor, impactam o que poderá se constituir, de fato, objeto da memória coletiva.

Em geral, após o falecimento do produtor do arquivo, este fica condicionado às ações individuais, na medida em que os sucessores ou herdeiros - sem o conhecimento técnico-científico, e, portanto sem considerar o valor secundário dos documentos - interferem no produto do processo de acumulação do titular do arquivo. A seguir, citamos algumas das situações mais recorrentes com as quais nos deparamos em relação às ações dos sucessores ou herdeiros:

- a. descartam documentos, tomando, muitas vezes, como parâmetro, o olhar "censor imaginário" da sociedade para aqueles documentos;
- b. desmembram os arquivos a partir de um juízo próprio sobre as eventuais instituições de guarda, considerando as relações pessoais e de prestígio;
- c. destituem o arquivo de sua ordem original, na medida em que o manuseio dos documentos sem o devido cuidado promove a desestruturação da organização dada pelo titular;
- d. executam mais de uma das ações citadas anteriormente, acarretando a perda da integridade do arquivo e/ou a perda de sua ordem original.

Jennifer Meehan (2010, p. 42), em seu artigo *Rethinking original order and personal records* chama também a atenção para as intervenções que o próprio arquivista produz e que podem afetar a compreensão do arquivo como um todo, e sugere que o arquivista deve preocupar-se menos em seguir esquemas. E afirma que

O relacionamento entre o documento de arquivo e a atividade é a estrutura interpretativa para a compreensão e representação dos arquivos pessoais em toda a sua complexidade e em seus meios. Essa estrutura oferece ao arquivista os meios práticos de imaginar o desenvolvimento de um conjunto de circunstâncias (o *recordkeeping* pessoal, a história da custódia, a intervenção do arquivista) de um fundo específico, e permite que crie os relacionamentos internos e externos que dão sentido ao corpo do arquivo pessoal. (p. 44, tradução nossa).

⁷ Como não há um único termo em português que ofereça o significado para o termo em inglês, optamos por mantê-lo em sua língua de origem. O termo significa segundo Richard Pearce-Moses, em *A glossary of archival and records terminology* (2005): "A sistemática criação, uso, manutenção e destinação de documentos para atender as necessidades e responsabilidades administrativas, programáticas, legais e financeiras". (tradução nossa).

Em decorrência dessas ações que mencionamos, temos outro conjunto de documentos, diferente daquele que foi produzido pelo titular, e que muitas vezes pode ao final, ter perdido suas características como fundo e ter se transformado em uma coleção⁸.

A reflexão proposta evidencia os diferentes problemas que dominam o ambiente de manutenção desses arquivos pessoais. Além dos aspectos já analisados, existem outros elementos merecedores de atenção.

De todas as memórias, apenas uma parte integrará a memória de todos, isso é fato. A escolha dos conjuntos que farão parte da memória de todos se dará pela própria sociedade e por seus setores organizados, a partir de processos legitimados de reconhecimento dos arquivos de interesse público e social, significativos para cultura, história e para a ciência do país. A partir do reconhecimento, o caráter individualizante e desprovido de padrões e regulamentos que marca toda a constituição do arquivo pessoal cede lugar à coisa pública. A seqüência de eventos após este reconhecimento implica em alguma forma de institucionalização do arquivo, seja porque passará a integrar o acervo de instituições arquivísticas públicas, centros de memória ou de documentação, como já comentamos anteriormente, seja porque, a partir do reconhecimento do valor do conjunto de documentos para a sociedade, não é mais o produtor ou seus sucessores que influenciam sua manutenção e sim a própria sociedade. É a institucionalização em qualquer dimensão que legitima o arquivo em relação à sociedade.

3 A descrição arquivística e a promoção dos arquivos

Não é suficiente assegurarmos o ingresso desses arquivos em um ambiente institucionalizado com o controle da sociedade. É importante que esses acervos sejam conhecidos pela sociedade como um todo. E não só isso, os segmentos sociais que decidiram sobre sua importância para o coletivo devem deter esse conhecimento.

Diante do quadro que apresentamos, ou seja, das distintas influências e interferências na constituição dos arquivos pessoais, a análise de seus documentos demanda que o arquivista aplique com rigor a fundamentação teórica da área e de sua metodologia, de forma a identificar as intervenções que o conjunto final de documentos sofreu e tentar suprir, no âmbito de suas pesquisas, os impactos na compreensão e significação do arquivo.

⁸ Conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente. (ARQUIVO NACIONAL. (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005. (Publicações técnicas, 51). p. 52.

A complexidade na formação dos arquivos pessoais, como já discutido anteriormente, se comparada ao universo dos arquivos institucionais, é muito maior. Mesmo para os fundos organizacionais que não são o resultado de programas de gestão de documentos, o ambiente organizacional - seus regulamentos, instruções, documentos como atas e relatórios, a legislação e demais instrumentos regulatórios, bem como a missão, estrutura e funções das organizações - oferece ao arquivista um conjunto de fontes para que identifique os documentos, ações, atividades e procedimentos aos quais estão relacionados, e os demais processos que acabam por definir o arquivo.

Como no ambiente da vida pessoal, esses atos regulatórios ou de documentação não existem, mas igualmente faz-se necessário identificar a forma como os documentos foram produzidos, seus vínculos e intervenções sofridas. Somente o compromisso com uma análise mais complexa, plural e que envolva uma combinação de métodos poderá oferecer como resultado a efetiva compreensão do arquivo. Essa outra forma de estudar a produção dos arquivos pessoais considera os elementos externos ao arquivo, e como se relacionam à identificação e inserção social do titular do arquivo. Por exemplo, os códigos sociais seguidos pela camada social a que pertence, os ritos reconhecidos pertinentes ao exercício de sua profissão e os principais atores dos círculos sociais que frequentou.

O significado desses arquivos para a sociedade como um todo depende fundamentalmente do trabalho do arquivista de: reconstrução das redes de relacionamentos em que o titular do arquivo transitou; identificação das funções sociais do produtor e de seus interlocutores na sociedade dentro de determinado tempo histórico; e de suas representações na forma documentária; análise do contexto arquivístico considerando os aspectos culturais, sociais e históricos, e de conteúdo dos documentos. A análise do somatório de todos esses elementos fará parte do processo de produção da descrição arquivística. E somente se comprometendo com a elaboração da descrição arquivística voltada para ampliar a visibilidade dos arquivos é que o arquivista poderá contribuir para a construção da memória.

Em nosso trabalho, vamos adotar a definição de descrição arquivística proposta por Oliveira (2012):

A descrição arquivística é uma representação formulada pelo métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo. Um elemento fundamental para essa compreensão é o contexto arquivístico. (p. 44).

A seguir, vamos discutir os processos mais recorrentes de estudo do arquivo pessoal considerando-se que o objetivo magno é oferecer ao cidadão arquivos com os quais possam se reconhecer e que representem a sociedade em sua diversidade. Reconhecemos a outra função magna da descrição, que é o controle dos arquivos, mas salientamos que nesse artigo o foco é a relação da descrição dos arquivos pessoais com os seus usos.

Na literatura da área, Arranjo e Descrição caminharam juntos por muito tempo, e usualmente foram identificados como funções arquivísticas. Mas, nos últimos trinta anos, o quadro modificou-se quando a discussão da descrição começou a centralizar-se na questão de seus formatos e de normas.

Cada nível do arranjo documental representa um conjunto de documentos sob um mesmo vínculo de produção, que de forma hierárquica se relaciona com o fundo arquivístico objeto de estudo, e ainda, cada nível de relacionamento ocupa um "lugar" no processo de produção do fundo em si. A representação é um mecanismo artificial criado pelo arquivista que tem como principal objetivo produzir uma representação a mais fiel possível do conjunto de documentos que compõem o arquivo. Mas apesar dos relacionamentos entre os documentos normalmente serem representados de forma hierárquica vertical, do nível mais alto para a menor parte da representação, os documentos possuem uma vinculação horizontal e transversal com relação aos níveis de representação. Esses relacionamentos, horizontal e transversal, imperceptíveis na representação do arranjo, podem e devem ser recuperados na segunda representação dos arquivos elaborada pelo arquivista, a descrição arquivística, indicando o dinamismo e a singularidade da existência do produtor do arquivo.

No caso dos arquivos pessoais, esses conjuntos de documentos igualmente representam os personagens que se relacionam com os titulares dos arquivos e os lugares de encontro na sociedade (afetos, família, negócios, participação na sociedade civil etc.) entre o produtor do arquivo e seus contemporâneos. Cada unidade de descrição pode se tornar objeto de um estudo particular no processo de análise do contexto arquivístico, uma vez que consideramos a compreensão do contexto histórico e social em que esses personagens viveram como parte integrante da análise do arquivo como um todo. E cada uma dessas unidades, em suas peculiaridades, podem constituir fonte de pesquisa.

Ressaltamos que a análise deve considerar as duas dimensões da produção do arquivo: uma que identificamos como *micro*, circunscrita às pessoas, instituições e eventos relacionados diretamente à linha de vida do produtor, referenciada na documentação; e outra identificada como *macro*, que espelha a relação sujeito-sociedade, incorpora o estudo da sociedade inserida em um determinado período histórico, e corresponde à relação do

arquivo com o ambiente externo ao de sua produção. Essa percepção produz uma alteração significativa no processo de estudo do arquivo e enriquece a descrição arquivística como processo, resultando na elaboração de produtos de descrição que oferecem melhores soluções para a ampliação da visibilidade e, conseqüentemente, do uso dos arquivos.

É o programa descritivo e as escolhas em relação aos métodos a serem adotados para o estudo do arquivo que irão determinar a complexidade da pesquisa a ser desenvolvida pelo arquivista. Nesse processo, deve ser cuidadosamente observado o impacto dos vazios existentes no conjunto da documentação e o comprometimento que isso traz para a compreensão do arquivo.

Para alcançarmos uma compreensão do arquivo, é necessário identificar as conexões entre os documentos em suas distintas dimensões, como falamos anteriormente, e restabelecer as que se perderam, quando o seu impacto em relação ao conjunto trouxer relevante ruptura na produção de sentido sobre o mesmo. Enquanto seguimos esses passos, fazemos uso de outras áreas como Diplomática, Paleografia, Genealogia, e de métodos específicos da área como o da Identificação e da Tipologia. Mas também utilizamos outros métodos, como o Quantitativo, o Comparativo e o Indiciário, ou mesmo, e o que é mais comum, uma combinação entre eles.

Na atualidade, e em função da apropriação da tecnologia de informação e comunicação pelas organizações, profissionais e usuários, os arquivos ganharam uma maior visibilidade social. Mais e diferentes indivíduos procuram documentos para saber sobre sua vizinhança, família, profissão, personagens que admiram e com os quais se identificam; ou procuram os arquivos para o desenvolvimento de suas atividades profissionais, como os que procuram imagens para composição de cenário, para publicação de um livro, ilustração de uma matéria jornalística etc.

Não trabalhamos mais apenas para os usuários especializados. Temos um público mais amplo. Ao divulgarmos os acervos no ambiente *web*, mesmo que de forma sucinta, encorajamos o público a pedir os documentos que preservamos ou suas cópias digitais. Estes novos usos dos arquivos ainda necessitam de mais estudo, e os resultados desses estudos precisam ser incluídos na agenda do programa descritivo de cada instituição.

É importante demarcar o que entendemos como programa descritivo:

[...] os elementos que norteiam a representação de um arquivo com vistas ao seu conhecimento, controle e acesso. O programa descritivo deve encontrar o equilíbrio entre as necessidades do usuário, a relevância do arquivo objeto de análise e as metas e infraestrutura do serviço ou da instituição arquivística. (OLIVEIRA, 2012, p. 17-18).

Assim, dando continuidade à discussão da problemática da descrição arquivística, na seqüência exemplifico como a pesquisa sobre os elementos externos à documentação e a análise de conteúdo contextualizada podem ampliar o uso dos arquivos.

A troca de correspondência entre as esposas de senhores de fazenda de produção de café - entre si, com seus maridos ou progenitores - pode se tornar fonte para o pesquisador que tem interesse pela questão da escravidão; pelo processo de substituição da mão de obra escrava pela mão de obra do imigrante; pela integração dos imigrantes contratados para o trabalho nas fazendas; pelo modo de inserção do escravo no cotidiano das famílias e por sua interferência na educação das crianças dos donos das fazendas; pelo papel da mulher na sociedade etc. Como a carta de Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina à esposa Francisca Barbosa de Oliveira Jacobina, em que este comenta a vacinação dos escravos da fazenda da família e a cena que presenciou de em sua viagem de trem de retorno à Campinas (SP). Segue transcrição de parte da missiva, tal qual no original:

[...] Aqui vive tudo em susto pelas bexigas que há em São Paulo, Campinas e Mogimirim. Mas nem assim vacinarão a gente (crianças) que ainda não o forão. Mandei vir vacina. Hoje encontrei-me com os 15 escravos do Malheiro, com quem tinha estado hontem em São João. Berrarão no vagão, vociferando e amarrados aos bancos para não fugirem ou fazerem alguma tentativa. (CFBO SFJ DAAFJ 322. Fazenda Boa Vista, 06-11-1882. Acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa).

O hábito que as pessoas cultivavam de corresponder-se resultou em conjuntos de missivas que traduzem um modo de viver, de pensar e de olhar o mundo. Em um período em que não havia a diversidade de mecanismos de comunicação como hoje, são as missivas os principais canais de troca de informações. O costume de uma camada social de ler e responder suas cartas de forma sistemática e rotineira pode ser observado no conteúdo das cartas (muitos autores informam sobre os seus hábitos em relação à correspondência, identificam em qual período do dia em que as cartas são lidas e respondidas, com qual freqüência se dedicavam a essa atividade, com quais pessoas mantinham uma rotina mais sistemática etc.) e também na distribuição dos espaços e na decoração da casa da família, com espaços e mobiliário dedicados exclusivamente para tal atividade.⁹ As potenciais questões de pesquisa citadas acima aparecem em descrições do dia a dia, tanto no discurso feminino quanto no masculino.

As missivas trocadas entre políticos de expressiva importância para o cenário do país, além dos comentários cotidianos e troca de amabilidades ou desafetos, também

⁹ Tal cenário é bastante observado em museus-casa.

registram as articulações referentes aos diversos eventos de interesse para a história do país e mesmo às relações internacionais do Brasil. É muitas vezes no contato pessoal e no ambiente privado que são tomadas decisões que se refletirão na política e na história.

Uma carta de denúncia de um cidadão a um político - comparando as condições físicas dos prisioneiros de uma embarcação¹⁰ que chega à região Amazônica aos escravos em senzalas, também informa sobre a escolha dos homens por parte dos seringueiros, e sua entrega ao acampamento da Comissão (Rondon) para que trabalhem em péssimas condições, com promessas de liberdade e salários, enquanto as mulheres foram expulsas e acabaram se prostituindo - por sua vez, de certo modo, contradiz o relatório oficial do capitão dessa mesma embarcação, que não descreve o cenário dos prisioneiros de forma tão completa e detalhada.

A história do "Satélite", o navio fantasma, é qualquer coisa de monstruosa. É difícil encontrar uma palavra que defina a viagem do cargueiro do Lóide Brasileiro, que transportou os rebeldes do "Batalhão Naval" e dos vasos-de-guerra, fuzilando-os sumariamente em alto mar, a partir da saída do paquete da baía de Guanabara, na noite do Natal de 1910. Outros tombaram assassinados nas selvas do Amazonas. (MOREL, 1979, p. 161).

O relato do capitão informa sobre suas atividades e o cotidiano no navio - atento às suas funções e obrigações, sem julgamento de valor, ou estranhamento; apenas cuidando do registro de sua missão, sem nenhuma preocupação com o possível uso futuro do documento para a história do país - é um exemplo emblemático do que Jenkinson definiu como a qualidade da imparcialidade do documento de arquivo.

Esse é também um bom exemplo da explicitação da contradição que pode existir nos documentos. Os arquivos produzidos no ambiente organizacional tendem a apresentar uma representação oficial, enquanto os arquivos produzidos na vida privada podem oferecer uma versão não oficial de mesmos eventos. Mas assegurar a preservação aos dois discursos não é suficiente; é preciso garantir que os pesquisadores transitem e analisem as fontes nessa ambivalência e riqueza.

Poderíamos fazer uso de inúmeras situações e analisar várias vozes e histórias que se escondem nos arquivos. Se focarmos apenas na pesquisa do titular dos arquivos, esquecendo as outras vozes que ali estão, não estaremos ampliando os usos dos arquivos.

Para a promoção dos arquivos e uma maior aproximação com a sociedade, o profissional deve considerar que a função da descrição arquivística é maior do que a discussão

dos formatos dos instrumentos de pesquisa, e que o usuário de hoje mudou sua forma de pesquisar e de solicitar aos arquivos. Hugh A. Taylor, em seu artigo *Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift?* (1987-1988) já indicava as principais questões que impactariam a profissão a partir do crescente uso da tecnologia: a cultura, os próprios documentos, os computadores, os usuários e o próprio arquivista. Os usuários somente vão encontrar os materiais para as suas pesquisas se esses estiverem disponíveis; e, na atualidade, disponível também quer dizer *on-line*.

É claro que todo o processo de descrição e seus resultados serão sempre uma segmentação; nunca poderemos dar conta da totalidade. Apenas, após a análise da documentação e do contexto social e histórico, poderemos definir o recorte a ser feito. É no processo de produção das representações dos arquivos que arquivistas têm a oportunidade de ampliar os usos e usuários dos arquivos e contribuir assim para a construção da memória da sociedade.

Num contexto em que cada vez mais a relação com o usuário está mediada pela tecnologia, torna-se crucial a dedicação à pesquisa para a compreensão dos arquivos e para a elaboração de suas representações visando à aproximação com o usuário. A tecnologia propicia que seja estabelecida uma nova ordem para a noção de tempo e para o trabalho arquivístico. O acesso rápido, objetivo do usuário, implica para o arquivista o emprego de mais tempo na elaboração dos conteúdos que farão parte dos instrumentos de pesquisa, e, conseqüentemente, de maior dedicação à pesquisa arquivística. O novo tempo indica que precisamos trabalhar mais na produção de conhecimento sobre o arquivo, na construção de pontos de acesso e na criação e alimentação de ferramentas de acesso de forma a assegurar um menor tempo de pesquisa para o usuário.

Se, antes, os usuários ficavam meses nos arquivos, lidavam com as caixas e pacotes - pois os instrumentos de pesquisa em geral não informavam sobre a peça ou item documental e ficavam à mercê da negociação com o arquivista - a partir das informações disponíveis *on-line*, e com a cultura da *web*, os usuários querem passar menos tempo nos arquivos, ou mesmo preferem ser atendidos à distância, e sua busca é preferencialmente, e pontualmente, por assunto.¹¹ Podemos ajudar mais os usuários se tornarmos públicas nossas pesquisas sobre os arquivos, e essa atitude contribuirá para que seja garantida maior visibilidade à complexidade de nossa função.

Nesse artigo, não pretendo esgotar a questão da escolha dos métodos de análise dos arquivos pessoais, mas pretendo abordar alguns devido à sua importância. Em primeiro

¹⁰O caso da viagem do navio *Satélite* (25 de dezembro de 1910 a 4 de março de 1911).

¹¹Pesquisa realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa, no período de 2010 a 2011, apontou Assunto com 51% da preferência dos usuários como forma de busca (OLIVEIRA, 2013, p. 330).

lugar, se pretendemos dar maior visibilidade aos arquivos, e procurar complementar por meio dos resultados de nossas pesquisas os hiatos criados nos processos pelos quais os arquivos passam antes de seu ingresso em instituições com o compromisso com a preservação e acesso aos acervos, precisamos definir como estabelecer o quê, entre o conjunto de documentos, deverá ser objeto de uma pesquisa mais acurada.

Esse processo decisório, um dos mais complexos, transita entre o passado-presente-futuro. É no momento da produção de conhecimento sobre o arquivo, com o devido distanciamento histórico para se identificar os personagens, temas e eventos de importância para a compreensão do período histórico em que o arquivo se insere, que essas escolhas ocorrem. Não vamos entrar no mérito adivinhatório, mas toda essa reflexão deve vislumbrar o uso do arquivo no presente, mas também pelas gerações futuras. Nesse sentido, é fundamental a explicitação dos parâmetros escolhidos para nortear a pesquisa e o que deve se tornar visível ao usuário.

Para prosseguirmos é importante esclarecer um conceito que permeia muitas das funções arquivísticas, o da Identificação:

A Identificação é uma tarefa de pesquisa sobre a gênese do documento de arquivo, desenvolvida no início do tratamento documental para definir requisitos normalizados de planejamento das funções que sustentam o tratamento técnico documental, seja no momento da produção ou da acumulação (produção, classificação, avaliação e descrição). (RODRIGUES, 2011, p. 1).

No âmbito da descrição em arquivos pessoais, o método da identificação se aplica fundamentalmente na produção de conhecimento sobre o gerador do arquivo e sobre suas funções na sociedade. Inevitavelmente, a identificação de documentos de autoria, ou endereçados “para” ou “sobre” personagens já consagrados pela sociedade como um todo, ou por um de seus setores, será igualmente aplicada para a produção de conhecimento sobre esses interlocutores do produtor do arquivo. Nessa fase do trabalho, são produzidos minimamente: uma linha do tempo do produtor onde suas funções sociais e relacionamentos são sistematizados e inseridos no tempo e no espaço, sua biografia e a de outros nomes relevantes para a compreensão de seu lugar social e de seus relacionamentos, e histórias administrativas das instituições onde atuou, com especial destaque para o período em que ocupou alguma função.

Outro parâmetro relevante é a existência de registros “de” ou “sobre” eventos ou temas já identificados pela sociedade como de interesse para a história, a cultura ou a ciência. Na construção do contexto macro discutido anteriormente, é essencial que sejam elaborados textos explicativos.

Mas, retornando à pergunta anterior, sobre como definir o que é relevante (o que merece mais detalhamento na pesquisa ou destaque na indexação e na definição dos pontos de acesso, considerando o foco no usuário), devemos, além de considerar a organização do arquivo, inserir no processo uma análise quantitativa que contemple:

- a. a identificação de documentos de autoria, endereçados, referências de indivíduos, instituições e eventos já consagrados pelos especialistas e pela sociedade, que estejam representados explicitamente ou implicitamente, na documentação;
- b. a identificação de temáticas de relevância expressas explicitamente ou indicadas de forma implícita, levando-se em conta a natureza do arquivo, a instituição custodiadora e o contexto de produção do arquivo;
- c. a recorrência com que esses indivíduos, instituições, eventos e temáticas aparecem na documentação.

Depois de concluída a análise quantitativa dessas informações, a equipe poderá definir com maior segurança e objetividade, quais os indivíduos, instituições, eventos e temas deverão receber maior ou menor destaque no decorrer da descrição arquivística e na construção dos pontos de acesso, compartilhando com o usuário a produção de conhecimento sobre o arquivo.

Já falamos da aplicação do método da identificação e do quantitativo. A seguir, vamos discorrer sobre um dos métodos mais utilizados no processo de estudo dos arquivos pessoais visando a sua descrição, mas que vem sendo pouco mencionado na literatura da área: o indiciário.

Ginzburg (2012) apresenta com precisão o surgimento do que identifica como modelo epistemológico ou paradigma, que tem sua origem no método “morelliano” (Giovanni Morelli) de estabelecer a distinção entre originais e cópias de quadros a partir de “pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia [...]” (p. 144). O método de Morelli será comparado adiante ao método de solução dos casos de Sherlock Holmes, personagem criado pelo autor escocês Arthur Conan Doyle. “O conhecedor de arte é comparável ao detetive que descobre o autor do crime (do quadro) baseado em indícios imperceptíveis para a maioria.” (p. 145) E, mais adiante, encontraremos a influência do método de Morelli, segundo ainda Ginzburg, na formação de Freud, leitor do autor italiano:

É o próprio Freud a indicá-lo: a proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais,

“baixo”, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano. (GINZBURG, 2012, p. 150).

Como já vimos, as circunstâncias de produção de um arquivo pessoal diferem enormemente das circunstâncias em que se produz um arquivo no ambiente de uma organização. Assim é no universo dos arquivos pessoais, onde:

- a. as regras de comunicação são estabelecidas por um código social que, na intimidade, muitas vezes é ignorado;
- b. nos séculos XVIII, XIX e início do XX, era comum que as famílias fossem numerosas, e era igualmente comum a existência de homônimos no mesmo círculo familiar;
- c. no período mencionado no item anterior (2), as famílias abastadas casavam entre si;
- d. as mulheres, ao se casarem, muitas vezes assumiam apenas o nome do esposo e os filhos, o nome do pai;
- e. as famílias abastadas optavam por um universo restrito em termos de ocupação de trabalho. Por exemplo, seguiam os negócios da família ou optavam por jornalismo, diplomacia, política, medicina e advocacia.

Seguimos os indícios procurando reconstruir o sentido do conjunto dos documentos. No início do artigo, já discutimos uma série de interferências que os arquivos pessoais sofrem. Mas esses elementos acima mencionados também contribuem para que se formem grandes lacunas na compreensão dos relacionamentos entre os documentos.

Essas lacunas podem induzir o trabalho a uma solução tradicionalmente aplicada na área, a limitação à elaboração de textos que reúnem um conjunto de documentos, mas que efetivamente não auxiliam o pesquisador. No caso de arquivos pessoais, onde falamos de conjuntos que, comparados aos arquivos institucionais, têm pouca expressividade em termos de dimensões, é possível oferecer ao pesquisador uma informação mais qualificada. Para tal, é necessário que realizemos um trabalho de pesquisa que identifique os homônimos, os pseudônimos, os apelidos, os eventos em seu tempo histórico, e os eventos sociais e históricos diretamente relacionados ao produtor ou aos seus principais interlocutores; e que possamos estabelecer as devidas relações entre as informações coletadas.

Muitas serão as pistas que o arquivista deverá seguir para suprir essas lacunas e produzir sua compreensão sobre os arquivos, como: análise dos brasões, marcas d'água, estudos de genealogia, assinaturas, caligrafia (ao longo do tempo), emblemas, títulos e cargos, conteúdo (informação significativa sobre um detalhe ou especificidade), os sinais de luto, os enlaces, a forma de tratamento, a linguagem, os códigos íntimos e diversos outros elementos para que possamos compreender o arquivo.

Nessa etapa, estudamos o documento em sua individualidade. A partir dos resultados, traçamos um conjunto de explicações que nos levam a deliberar sobre uma série de questões e lacunas, como a vinculação de um documento com os demais, por exemplo. Remontamos uma realidade longínqua no tempo e no espaço – aquela vivida pelo produtor do arquivo. Utilizamos a Paleografia, deciframos datas, localidades, parentesco, atividades econômicas, afetos e desafetos; seguimos pistas a partir da leitura da intimidade. E, como disse Ginzburg: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la” (2012, p. 177).

Por fim, vamos analisar a importância de outro método, a análise tipológica.

Como já dissemos o processo de produção dos arquivos pessoais não é inserido em um contexto de normas ou padrões explicitados, mas traduzem códigos ou referências do momento histórico em que são produzidos e são relevantes para o entendimento do arquivo e dos personagens que redigem, recebem ou são mencionados nos documentos.

Dentre os principais problemas apontados por Camargo (2008) no decorrer da descrição dos arquivos pessoais está a variedade de tipos documentais ainda não reconhecidos na área. A análise tipológica tem como objeto de estudo o tipo documental e permite estabelecer a relação entre os documentos com as atribuições, competências, funções e atividades do titular de um arquivo. No cenário dos arquivos pessoais, possibilita a percepção do comportamento social e de polidez, e que sejam identificados os modelos de homogeneização das ações e atividades sociais, as demonstrações dos sentimentos, e os pensamentos que foram traduzidos em registros arquivísticos.

A identificação dos tipos documentais é importante para o processo de pesquisa do usuário, pois os tipos se constituem pontos de acesso em potencial. Por exemplo, o pesquisador que analisa a questão do nepotismo pode utilizar o tipo documental “carta de pedido de emprego” como termo para sua busca; o pesquisador que estuda a culinária no século XIX pode se beneficiar do acesso aos “Cardápios” distribuídos aos participantes das festas de casamento, de bodas de prata etc.; e aquele que busca

elementos para compreender o imaginário relacionado à morte, poderá fazer uso dos elementos representados nos “Avisos fúnebres”.

Os documentos produzidos no âmbito da vida pessoal são regulados pelas normas tácitas de civilidade e polidez que expressam os relacionamentos entre os diversos pares do titular do arquivo, entre si e com o próprio, as circunstâncias sociais, os eventos, os atos etc. O estudo da tipologia não só permitirá delinear modelos de registros e formas de comunicação entre as pessoas, bem como os comportamentos aceitos socialmente nas situações propostas como objeto de estudo (OLIVEIRA, 2009, p. 8).

No texto, apresentamos os métodos que utilizamos com mais frequência no processo de descrição de forma sistemática e em separado. Mas, no cotidiano, podemos aplicar esses métodos separadamente ou combinados.

A aplicação dos métodos fundamenta o trabalho da descrição e, por sua vez, fornecem a segurança para o desenvolvimento do trabalho do arquivista, que, munido do conhecimento do arquivo, poderá promover os seus usos e induzir a criação de novos usuários.

4 Conclusão

Os arquivos pessoais oferecem à sociedade novas perspectivas da própria sociedade, sob o olhar do privado e da intimidade, bem como oferecem diferentes discursos que muitas vezes conflitam ou complementam os discursos oficiais ou institucionais. E, dialeticamente, apenas quando inseridos na institucionalidade, e assim desprovidos de seu caráter individualizante, é que esses arquivos podem constituir também a memória da sociedade.

Mais e mais instituições de diferentes perfis e missões têm aberto os seus depósitos para a preservação de arquivos pessoais de políticos, escritores, cientistas e também dos grupos minoritários. Esses arquivos trocam de ambiente: do pessoal para o institucional, do individual para o coletivo.

A complexidade dos arquivos pessoais ultrapassa a questão de sua constituição e institucionalização. A primeira dificuldade está na identificação desses arquivos gerados na intimidade e que podem produzir um significado para a sociedade, ou para um de seus segmentos, que justifique sua institucionalização, preferencialmente em um espaço público, onde o cidadão terá garantido o seu acesso a esse legado.

Vimos também que os arquivos pessoais guardam a identidade e memória do indivíduo; espelham a intimidade, a privacidade e também diferentes facetas sociais. Demonstram também quem as pessoas foram, o que conquistaram e testemunharam. Mas, para que possam fazer parte da memória social, precisam se institucionalizar. David Bearman, em seu trabalho *Archival methods*, fala sobre um dos desafios do arquivista:

A memória da sociedade não é um documento morto, mas uma ferramenta na contínua reinvenção da cultura. O documento é a semente de uma cultura em desenvolvimento, é a fonte de identificação de indivíduos com o seu estado e sua sociedade. O documento também detalha as obrigações dos indivíduos para com o estado e para com a sociedade, e a *accountability*¹² das instituições sociais com o indivíduo. Na imediata necessidade que a cultura tem por sua própria memória está o terceiro maior desafio da profissão do arquivista – assegurar o uso das evidências culturais para a contínua construção da cultura. (BEARMAN, 1989, sem página, tradução nossa).

Continua o autor, em relação ao papel do arquivista e sua relação com o usuário:

[...] nós precisamos entender melhor a natureza do documento cultural em si e suas conexões com as atividades sociais. Precisamos explorar sua estrutura interna e seus usos. Precisamos desenhar sistemas para a sua recuperação que ofereçam acesso à sua variedade de perspectivas e que permitam aos usuários se movimentarem entre visões no desenvolvimento de suas pesquisas. Mas a promessa desse esforço é que cada um de nós pode contribuir, a nível local, em nossos cenários, de forma única e com ricos resultados. Precisamos desenvolver mecanismos de divulgação que vão além de aceitar usuários e que signifiquem solicitar o seu envolvimento ativo. (BEARMAN, 1989, sem página, tradução nossa).

A descrição arquivística, em especial nos arquivos pessoais, é muito mais do que os seus produtos. A predominância do discurso da norma enfraquece o potencial informacional desses arquivos. A descrição dos arquivos pessoais refere-se a identificar, analisar, reconstruir, compreender e elaborar representações que tornem os arquivos mais acessíveis e que os usuários possam explorar suas conexões, seus significados e se reconhecerem. A descrição arquivística permite que os arquivos sejam reinventados pelos arquivistas, pelos usuários e pela sociedade.

¹² Como não há um único termo em português que ofereça o significado para o termo em inglês, optamos por mantê-lo em sua língua de origem. O termo significa, segundo Pearce-Moses, em *A glossary of archival and records terminology* (2005) “a habilidade de responder por, explicar, ou justificar ações ou decisões pelas quais um indivíduo, organização ou sistema é responsável” (tradução nossa).

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232 p. (Publicações técnicas, 51).

ASSMANN, Jan. **Collective Memory and Cultural Identity**. Tradução: John Czaplicka. Disponível em: <<http://www.history.ucsb.edu/faculty/marcuse/classes/201/articles/95AssmannCollMemNGC.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998. 272 p.

BEARMAN, David. **Archival methods**. In: ARCHIVES and Museum Informatics Technical Report #9 (Pittsburgh, Archives and Museum Informatics, 1989). Disponível em: <http://www.archimuse.com/publishing/archival_methods/#ch6>. Acesso em: 01 jan. 2014.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 241 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre arquivos pessoais. **Arquivo & Administração**: publicação oficial da AAB, v. 7, n. 2, p. 5-10, jul./dez., 2008.

DURANTI, Luciana. Archives as a place. **Archives and Manuscripts**, v. 24, n. 2, p. 242-255, 1996.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002. 233 p.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 281 p.

HEDSTROM, Margaret. Archives and collective memory. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Ed.). **Currents of archival thinking**. Santa Barbara, Calif.: Libraries Unlimited, 2010. p. 163-179.

JENKINSON, Hilary. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: Oxford University Press, 1922. 243 p.

LOWENTHAL, David. Archives, Heritage and History. In: BLOUIN, Francis X. Jr.; ROSENBERG, William G. (Ed.). **Archives, documentation, and institutions of social memory**: essays from the Sawyer Seminar. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006. 193-206 p.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Trad. de Helena Vilar Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999. 206 p.

MEEHAN, Jennifer. Rethinking Original Order and Personal Records. **Archivaria**, Ottawa, n. 70, p. 27-44, 2010.

MILLAR, Laura. Touchstones: Considering the relationship between Memory and Archives. **Archivaria**, v. 61, p. 105-126, 2006. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12537/13679>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

MOREL, Edmar. **A Revolta da Chibata**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 271 p.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Análise tipológica dos documentos em arquivos pessoais: uma representação do código social. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. 14 p. Programa de Iniciação Científica (PIC) – 2010/12.

_____. A descrição arquivística, o arquivista e a reinvenção dos arquivos. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges (Org.) **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. 560 p.

_____. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171 p.

PEARCE-MOSES, Richard. **A glossary of archival and records terminology**. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <<http://www.archivists.org/glossary/index.asp>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação Arquivística: subsídios para a construção teórica da metodologia na perspectiva da tradição brasileira. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/44/81>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

TAYLOR, Hugh A. Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift? **Archivaria**, Ottawa, n. 25, p.12-28, 1987-1988.

THOMASSEN, Theo. Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado. **Arquivo & Administração**: publicação oficial da AAB, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012.

IDENTIFICAÇÃO DE TIPOS DOCUMENTAIS EM ARQUIVOS PESSOAIS: ESTUDO NO ARQUIVO DO FÍSICO JOAQUIM DA COSTA RIBEIRO

Márcia Cristina Duarte Francoso¹
Maria Celina Soares de Mello e Silva²

RESUMO

Apresenta um estudo preliminar de identificação dos tipos de documentos textuais no arquivo pessoal de Joaquim da Costa Ribeiro, acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), como resultado de pesquisa mais ampla sobre tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas coordenada pelo Arquivo de História da Ciência do MAST.

Palavras-chave: Tipologia documental; Arquivo pessoal; Ribeiro, Joaquim da Costa; Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Identification of document types in personal archives: study on archives of the physicist Joaquim da Costa Ribeiro

Abstract

Presents a preliminary study to identify the types of textual documents in the personal archives of Joaquim da Costa Ribeiro, of the Museum of Astronomy and Related Sciences (MAST), as a result of broader research on document types in personal archives of scientists coordinated by History of Science Archives of MAST.

Keywords: Document types; Personal archives; Ribeiro, Joaquim da Costa; Museu de Astronomia e Ciências Afins.

1 Introdução

O estudo das espécies e tipos documentais vem sendo utilizado cada vez mais na prática da organização de arquivos, já que traz grandes contribuições para arquivistas e para pesquisadores, enquanto usuários dos arquivos, pois permite realizar uma identificação minuciosa do documento. O estudo tipológico analisa o documento e a configuração da informação, atrelando a forma física ao conteúdo do documento. Além disso, procura estudar o documento enquanto integrante de um conjunto orgânico, levando em conta a atividade que o gerou. O estudo tipológico também procura identificar a denominação adequada dos nomes dos documentos, considerando o contexto onde estão inseridos.

Este artigo visa apresentar um estudo preliminar de identificação dos tipos de documentos textuais no arquivo pessoal de Joaquim da Costa Ribeiro, acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). É fruto de pesquisa mais ampla sobre tipos documentais em arquivos pessoais de cientistas, coordenada pelo Arquivo de História da Ciência do MAST.

O estudo tipológico é utilizado pelos arquivos como metodologia para a identificação, classificação e descrição de documentos, bem como para a elaboração de instrumentos de pesquisa. Segundo Heredia Herrera (2007, p. 27), o tipo documental é indispensável no momento da descrição, colaborando na representação adequada das unidades documentais, das séries e das subséries.

O estudo tipológico tem sua origem na diplomática, surgida no século XVII, com o intuito de avaliar a autenticidade de documentos antigos da Santa Sé (governo central da igreja, jurisdição eclesiástica do Papa), relacionada ao direito patrimonial de terras da igreja. As hagiografias, diplomas e documentos medievais foram submetidos à análise cuidadosa dos clérigos, que contestaram grande parte deles como não autênticos. A Diplomática

em sua forma clássica objetiva julgar e identificar se o documento, manuscrito ou impresso, antigo ou recente, é autêntico, falso ou falsificado, além de analisar sua tipologia (LEAL; SIQUEIRA, 2011, p. 13).

Nos séculos XVIII e XIX a técnica de análise documental promovida pela diplomática era utilizada no auxílio a outras áreas do conhecimento, como o direito e a história, que tratavam do tema em seus cursos. Os estudos da diplomática do século XVII ao XIX traduzem o contexto de dúvidas quanto à autenticidade de documentos antigos. Para Richter e Araújo (2007, p. 221), a diplomática é a

¹ Arquivista e especialista em Preservação de Acervos de C&T; Bolsista CNPq do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

² Doutora em História Social, mestre em Memória Social, especialista em Documentação Científica e arquivista do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins.